

Identidade étnica e mobilização social: contribuições do multiculturalismo para o entendimento dos processos de reconhecimento de uma coletividade negra rural

João Daniel Dorneles Ramos*

Introdução

Tratando-se da questão de mobilização política e social de uma comunidade remanescente quilombola, pode-se, inicialmente, trazer alguns apontamentos sobre a teoria “pós-colonial” para adentrarmos em um debate mais centrado nos textos de Stuart Hall, *A questão multicultural*, e de Arturo Escobar, *El proceso organizativo de comunidades negras en el Pacífico sur colombiano*, bem como nas implicações empíricas envolvendo processos de mobilização e mediação política em uma comunidade negra rural, situada no interior do município de Mostardas, Rio Grande do Sul, que pleita o seu reconhecimento perante o Estado como “comunidade remanescente quilombola”.¹

Neste sentido, apresenta-se alguns aspectos teóricos interessantes, obtidos a partir da leitura de autores como Homi Bhabha e Paul Gilroy, respectivamente, em *O local da cultura* e *O Atlântico Negro*. Estes dois autores ajudam na compreensão mais geral dos outros dois textos, porque apresentam elementos interessantes para pensarmos a questão da cultura negra e identidade étnica.

O que se propõe é uma breve caracterização sobre a questão do pós-colonial que abrange uma perspectiva interessante para compreender-se, de certa

* Bacharel em Ciências Sociais (UFPel), mestre em Sociologia e doutorando em Antropologia Social (UFRGS). E-mail: jodorneles@gmail.com.

¹ Comunidade pesquisada para a dissertação sobre a mobilização política - envolvendo os aspectos festivos, religiosos e a identidade étnica - de uma coletividade negra rural.

forma, os aspectos de mobilização da comunidade negra estudada. Deste modo, Bhabha apresenta que “se o jargão de nossos tempos – pós-modernidade, pós-colonialidade, pós-feminismo – tem algum significado, este não está no uso popular do ‘pós’ para indicar sequencialidade – feminismo *posterior* – ou polaridade – *anti* modernismo”.²

Acredita-se que, com esta contribuição de Bhabha, pode-se pensar a questão pós-colonial, corroborando-se com esse autor, quando afirma mais adiante no livro citado, a discussão posta à tona por Frantz Fanon, ou seja, “a luta contra a opressão colonial não apenas muda a direção da história ocidental, mas também contesta sua idéia historicista de tempo como um todo progressivo e ordenado”.³ Este argumento de Bhabha é importante para adotar-se neste trabalho as implicações que a proposta pós-colonial abrange, como uma atitude do pesquisador em utilizar determinados autores, no sentido de ampliar os questionamentos e as propostas que eles trazem, acreditando-se que essas questões são pertinentes para as análises sobre a cultura e identidade étnica, sobretudo nas implicações sobre a mobilização quilombola.

Assim, outro autor que é preciso trazer para esta discussão é Paul Gilroy, que discute, dentre outras coisas, a questão da *diáspora*, podendo-se trabalhar este conceito em conexão ao processo de territorialização das culturas negras, como também sobre a identidade negra. Neste sentido, pode-se apresentar, corroborando-se com Gilroy, que a diáspora

é um conceito que ativamente perturba a mecânica cultural e histórica do pertencimento. Uma vez que a simples seqüência dos laços explicativos entre lugar, posição e consciência é rompido, o poder fundamental do território para determinar a identidade pode também ser rompido.⁴

Um pouco mais adiante, o autor esmiúça mais um pouco o conceito de diáspora e apresenta que

a idéia de diáspora nos encoraja a atuar rigorosamente de forma a não privilegiar o Estado-nação moderno e sua ordem institucional em detrimento dos padrões sub-nacionais e supra-nacionais de poder, comunicação e conflito que eles lutaram para disciplinar, regular e governar.⁵

Estas discussões e conceitos sobre a questão pós-colonial trazidos por esses dois autores são muito mais complexos e demandam um aprofundamento muito

² BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 23.

³ BHABHA, 2007, p. 72.

⁴ GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. São Paulo: 34, 2008. p. 18.

⁵ GILROY, 2008, p. 20.

maior do que foi dado aqui nesta introdução. Destarte, esses autores, e alguns destes conceitos, virão ao longo deste artigo, associados a outros pontos relevantes, sobretudo acerca da identidade étnica e do território.

Essa abordagem pós-colonial é trazida para a discussão destes aspectos da cultura negra, pois, conforme explica Hall,

marca a passagem de uma configuração ou conjuntura histórica de poder para outra... Problemas de dependência, subdesenvolvimento e marginalização, típicos do “alto” período colonial, persistem no pós-colonial. Contudo, essas relações estão *resumidas* em uma nova configuração. No passado, eram articuladas como relações desiguais de poder e exploração entre as sociedades colonizadoras e as colonizadas. Atualmente, essas relações são deslocadas e reencenadas como lutas entre forças sociais nativas, como contradições internas e fontes de desestabilização *no interior* da sociedade descolonizada, ou entre ela e o sistema global como um todo.⁶

Destarte, a partir da *posição* em que se apresenta esta crítica pós-colonial, compreende-se que as manifestações de identidade surgidas no interior de coletividades negras em contextos históricos de exploração e marginalidade podem forjar propostas geradoras de mobilizações e contestações que façam *re-surgir* formas e práticas próprias e que possuem, como já explicitou-se brevemente, misturas entre elementos colonizadores e *diaspóricos*. Assim, voltando ao que sugere Bhabha

a pós-colonialidade, por sua vez, é um salutar lembrete das relações “neocoloniais” remanescentes no interior da “nova” ordem mundial e da divisão de trabalho multinacional. Tal perspectiva permite a autenticação de histórias de exploração e o desenvolvimento de estratégias de resistência [...] A crítica pós-colonial dá testemunho desses países e comunidades – no norte e no sul, urbanos e rurais – constituídos, se me permitem forjar a expressão, “de outro modo que não a modernidade”. Tais culturas de *contra-modernidade* pós-colonial podem ser contingentes à modernidade, descontínuas ou em desacordo com ela, resistentes a suas opressivas tecnologias assimilacionistas; porém, elas também põem em campo o hibridismo cultural de suas condições fronteiriças para “traduzir”, e portanto reinscrever, o imaginário social tanto da metrópole como da modernidade.⁷

Após essa contribuição, pode-se sugerir que a crítica pós-colonial trará os aspectos de povos e coletividades que possuem expressões e mobilizações *resistentes*

⁶ HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 56.

⁷ BHABHA, 2007, p. 26.

aos contextos de colonialismo, ou seja, contextos de exploração e dominação, que colocam essas coletividades em condições de marginalização e miserabilidade.

O multicultural

Stuart Hall, logo no início do texto *A questão multicultural*, enfatiza que o multicultural descreve características sociais e os problemas de governabilidade da sociedade, onde diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retém algo de sua identidade de “original” e, por outro lado, refere-se às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade.⁸

Assim, pode-se observar que Hall traz à tona o multiculturalismo apresentando que este ocupa um lugar central no campo da contestação política. Concordando-se com esta posição, pode-se sugerir que as mobilizações políticas em torno de uma identidade étnica - desencadeadas por determinados segmentos sociais, como no caso que se aborda aqui, de uma comunidade negra rural que luta pelo reconhecimento perante o Estado, como remanescente quilombola - os embates, os processos de mobilização e de mediação, encontram *eco* naquilo que Arturo Escobar discute sobre o contexto das comunidades negras do Pacífico colombiano, ou seja, “a política das culturas negras e indígenas está desafiando as definições convencionais de cultura política albergada nos partidos tradicionais e no clientelismo, as concepções de ‘o nacional’ ainda reinantes, e as estratégias de desenvolvimento convencionais”.⁹

Acredita-se que as mobilizações políticas de determinados segmentos sociais, no caso, negros e negras, que atuam no sentido de reconhecimento de seus territórios e de sua cultura e identidade étnica, operam naquilo que pode-se ancorar como resistência à dominação historicamente imposta. Neste ponto, as contribuições de Hall apontam para se pensar a etnicidade, que segundo ele, “gera um discurso em que a diferença se funda sob características *culturais e religiosas*”.

Quanto maior a relevância da “eticidade”, mais as suas características são representadas como relativamente fixas, inerentes a grupos, transmitidas de geração em geração não apenas pela cultura e a educação, mas também pela herança biológica, inscrita no corpo e estabilizada, sobretudo, pelo parentesco e pelas regras do matrimônio endogâmico, que garantem ao grupo étnico a manutenção de sua “pureza” genética e,

⁸ HALL, 2003.

⁹ ESCOBAR, Arturo. El proceso organizativo de comunidades negras en el Pacífico Sur colombiano. In: ESCOBAR, Arturo. *El final del salvaje: naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea*. Santafé de Bogotá: Giro, 1999. p. 170. Neste ponto, Escobar coloca como nota que o termo “política cultural” se refere à aparição de feitos políticos a partir de conteúdos culturais diferentes dos dominantes. As citações de Escobar foram traduzidas livremente pelo autor do artigo.

portanto, cultural.¹⁰

Comparando o que se apresentou acerca da etnicidade, pode-se sugerir que esta “representação relativamente fixa” aplicando-se ao caso aqui exposto - mobilização pelo reconhecimento de uma comunidade “quilombola”, afirmando a sua diferença - a identidade negra é entendida como um percurso: o termo “quilombola” é imprescindível para estas comunidades que demandam tal reconhecimento, por significar possibilidades de garantir a continuidade de seus meios de vida, de suas formas de sociabilidades que podem se explicitar em práticas políticas, religiosas e festivas. Assim, apresenta-se também a contribuição de Escobar sobre o contexto afrocolombiano, em que “as demandas de reconhecimento dos territórios ancestralmente ocupados e dos direitos específicos da comunidade negra como grupo, geraram reações de oposição entre os setores representados pela ANC,¹¹ inclusive nos setores considerados como democráticos, como a Alianza M-19”.¹²

Desta forma, as mobilizações políticas efetuadas pelos grupos negros, e rumando-se para o caso estudado, mostram possibilidades de *outras formas de fazer política*, que podem ser compreendidas no sentido de *diferença* ao que se estabeleceu como “convencional” nas organizações políticas. Mais adiante, retornar-se-à a este ponto, indicando-se algumas colocações de Escobar sobre o movimento negro colombiano e as possíveis relações que se pode fazer em relação ao contexto da comunidade pesquisada – a comunidade quilombola “Beco dos Colodianos” – e as implicações de territorialidade.

Concorda-se que não há um “simples ressurgimento de etnias arcaicas”, e sim que “traços mais antigos se combinam com novas e emergentes formas de ‘eticidade’”.¹³ Deste modo, supõe-se que esta identificação como “remanescente quilombola” opera em ações de determinados atores sociais, como parte de uma herança cultural, que traz possíveis conexões, de certa forma, com o passado escravista e de resistência e constrói-se hoje, portanto, como uma reivindicação de grupos historicamente marginalizados. A identidade é pensada então como uma *construção* política. É possível compreender esta autodefinição destes grupos negros como “remanescentes de quilombos” no sentido de percepção a *uma* das formas de resistência encontradas e efetivadas por esses segmentos em manter-se nos seus territórios. Essa resistência de que se fala aqui supera o passado de resistência à escravidão e pode retraduzir, atualmente, aspirações de liberdade e de autonomia para essas coletividades negras.

¹⁰ HALL, 2003, p. 70.

¹¹ Asamblea Nacional Constituinte.

¹² ESCOBAR, 1999, p. 174.

¹³ HALL, 2003, p. 57-58.

No que tange ao termo “comunidade”, Hall apresenta-a como algo referente à identidade grupal e que as chamadas “minorias étnicas” têm formado comunidades culturais marcadas e mantêm, assim, costumes e práticas sociais distintas. Entendendo-se que essa característica é apresentada, conectando-a com a questão da *diáspora negra nas Américas*, leva-se em conta a questão histórica de exploração que esses grupos sofreram e pode-se assim colocar, conforme Hall sugere, o “negro como etnização da raça”. Com efeito, o autor expõe que a manutenção de identidades racializadas, assim como as étnico-culturais e as religiosas, são relevantes à autocompreensão das comunidades.

Certamente essas comunidades não estão emparedadas em uma Tradição imutável. Assim como ocorre na maioria das diásporas, as tradições variam de acordo com a pessoa, ou mesmo dentro de uma mesma pessoa, e constantemente são revisadas e transformadas em resposta às experiências migratórias.¹⁴

As identidades “são mais políticas que antropológicas” e, “em condições diaspóricas”, as pessoas geralmente são obrigadas a adotar posições de identificação deslocadas, múltiplas e hifenizadas.¹⁵ Supõe-se, portanto, que determinados moradores da comunidade negra rural estudada reivindicam seus direitos étnicos, partindo de um conhecimento da *sua* história - enquanto descendentes de escravos, sobre o passado ancestral e da localidade envolvida - exercendo determinadas dinâmicas para as suas mobilizações políticas. Além disso, esses atores tiveram, em algum momento, envolvimento e discussões com alguns movimentos sociais (como o Movimento Negro, por exemplo) ou com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A partir destes aspectos trazidos, pode-se sugerir que a identidade é *construída* e é uma construção *política*. Por isso, entende-se que a proposta de Hall apresenta a necessidade de construir uma diversidade de “novas esferas públicas” com horizontes mais amplos e que é essencial que este espaço permaneça heterogêneo e pluralístico. Desta forma, para o autor, a lógica multicultural requer uma possibilidade de expansão e de radicalização mais profunda de práticas democráticas da vida social, “bem como a contestação sem trégua de cada forma de fechamento racial ou etnicamente excludente”.¹⁶

O multiculturalismo e as mediações

Sobre a questão envolvendo o multiculturalismo e as mediações, podemos trazer o que Arturo Escobar apresenta sobre o contexto das comunidades negras do Pacífico colombiano, ou seja, conforme esse autor,

¹⁴ HALL, 2003, p. 66.

¹⁵ HALL, 2003, p. 67.

¹⁶ HALL, 2003, p. 89.

a visão do atual processo étnico-cultural se concebe em termos de resgatar e exercitar o direito à diferença cultural como meio para avançar na eliminação das desigualdades socioeconômicas e políticas; dito exercício da diferença se faz a partir das aspirações das comunidades negras e implica uma redefinição das relações entre estas e o conjunto da sociedade colombiana. Para os ativistas [...] a resistência histórica das comunidades negras do Pacífico e de outras áreas do país sugere a existência de um certo distanciamento intencional por parte de ditas comunidades com respeito ao resto do país, como requisito para construir formas culturais e de organização social próprias.¹⁷

Concordando-se com o autor, acredita-se que os processos de mediações de determinados atores sociais e do próprio Estado operam em um sentido de surgimento, por assim dizer, de processos de mobilização pela demanda e posterior conquista de direitos a segmentos que anteriormente não possuíam tais direitos.

Deste modo, acredita-se que a discussão que surge sobre as etnias e um empenho de determinados atores sociais mobilizados pode criar outras formas das agências estatais perceberem estes segmentos sociais. Assim, determinadas políticas de Estado, após a pressão exercida pelos movimentos sociais, chegam às comunidades étnicas, como uma forma de integração à cidadania. Sobre este ponto, pode-se interrogar o seguinte: será que estas comunidades não acabariam sendo transformadas (como são, na maioria das vezes) em simples público-alvo dos projetos desenvolvimentistas? Será que não seria uma forma encontrada pelo Estado de contemplar as determinadas etnias no sentido de “abafarem” as reivindicações próprias delas? Pode-se, rapidamente, discutir tais questionamentos.

Primeiramente, por um lado, o Estado faz este papel de integração de segmentos sociais em suas políticas públicas, atuando de forma a expandir uma cidadania e um tipo de desenvolvimento, assumindo uma postura multicultural, por assim dizer. Precisamente, o tipo de desenvolvimento que é aplicado neste sentido, pelas instituições estatais ou não, advém de um processo e um sentido de desenvolvimento já construído e pronto e que depende de públicos para atingir. Na maioria das vezes, tais projetos não possuem - desde o seu planejamento, execução e finalização - a participação efetiva das comunidades. Por outro lado, as demandas que surgem acerca da participação social e da política das comunidades étnicas podem ser entendidas como formas alternativas de organização e que tais comunidades colocam em xeque as relações sociais desigualmente construídas no passado, em uma forma de *reinterpretar* o sentido de participação em tais processos “promovidos” pelo Estado. Conforme Escobar, “se as tendências integracionistas buscam a plena incorporação das comunidades negras à vida nacional, as étnico-

¹⁷ ESCOBAR, 1999, p. 187.

culturais problematizam a relação entre duas expressões culturais – a nacional e a minoritária – que configuram projetos de sociedade diferenciados”.¹⁸

Nessa problematização em que fala Escobar, pode-se perceber que, por mais que exista esta tendência de integração realizada pelo Estado, para estas comunidades negras o que está em jogo é como estas ações podem ser *resignificadas* como uma participação política e social e como formas de afirmação de seus modos de vida.

Para o processo organizativo étnico-cultural, o movimento deve ser construído com base em demandas amplas por território, identidade, autonomia e direito ao desenvolvimento próprio. [...] Estas organizações, interpretam o negro como expressão de um ponto de vista político e de uma realidade cultural que transcende o problema da pele; se diferenciam assim de concepções puramente raciais da identidade.¹⁹

Portanto, por mais que o Estado faça a tentativa de “integração” das comunidades negras, elas mantêm relações diferenciadas com o Estado. Sobre as mobilizações de uma comunidade negra rural que pleiteia o reconhecimento enquanto comunidade quilombola, compreende-se que tais mobilizações desses segmentos que foram marginalizados e colocados fora da participação política e social do país historicamente, estruturam-se e constituem-se hoje em movimentos que, a partir da percepção enquanto identidade de contraposição ao sistema explorador (no passado escravista) e preconceituoso (no pós-abolição e no presente, em que o negro é visto e tratado com estigmas), forjam em seus cotidianos, outras formas de organização política, assumindo um caráter reivindicador, contestatório.

Acredita-se, assim, que por mais que o Estado contemple as comunidades negras - que reivindicam, no caso, processos de reconhecimento de seus territórios como “remanescentes de quilombos” - por meio de instrumentos jurídicos, como o Art. 68, da Constituição Federal do Brasil de 1988, ainda existem diversos impedimentos para as comunidades conseguirem que seus direitos sejam contemplados na prática, como as titulações de terras, por exemplo. Pode-se pensar aqui que estes instrumentos, por mais que tragam algumas garantias aos segmentos sociais, poderão impedir algumas formas de mobilização que buscam outras reivindicações mais diretas, como a distribuição das terras. Desta maneira, este mesmo instrumento legal não impede que surjam formas próprias de organização e que ele seja *re-interpretado* como uma forma de constituir argumentos para as reivindicações. Deste modo, é possível aqui compreender a autodefinição “remanescente de quilombo” como *uma* das formas de resistência encontradas por

¹⁸ ESCOBAR, 1999, p. 188.

¹⁹ ESCOBAR, 1999, p. 188.

esses segmentos de descendentes de escravos, em manterem-se nos seus territórios atualmente.

A análise que foi desenvolvida na dissertação de mestrado envolve a percepção das dinâmicas de mobilização que podem contribuir para o reconhecimento da comunidade negra rural “Beco dos Colodianos” como remanescente de quilombo, tendo-se como foco principal de análise as atividades coletivas, entendidas como políticas, festivas e religiosas. Neste sentido, busca-se compreender que formas próprias de afirmação identitária podem ser encontradas no interior destas atividades e como esses aspectos constituem bases para a identidade étnica daquela coletividade. Para este entendimento, corrobora-se com Escobar, quando apresenta a questão da identidade, ou seja,

para Hall, a identidade é algo que se negocia em termos culturais, econômicos e políticos e que envolve um caráter duplo. Por um lado, a identidade se concebe como enraizada em uma série de práticas culturais compartilhadas, como uma espécie de ser coletivo; esta visão da identidade tem manejado um papel importante em momentos históricos determinados, tais como as lutas anti-coloniais; supõe um redescobrimto imaginativo da cultura e contribui a dar coerência às experiências de fragmentação e dispersão nascidas da opressão. Por outro, a identidade também se vê em termos das diferenças criadas pela história; esta visão enfatiza não tanto o ser como o chegar a ser, implica posicionamentos mais que essências, descontinuidades ao mesmo tempo que continuidades. Diferença e semelhança, desta forma, constituem para Hall a natureza dupla da identidade dos grupos da diáspora africana.²⁰

O contato da comunidade negra estudada com as atividades e com algumas pessoas ligadas ao Movimento Negro e a outros movimentos sociais, assim como com alguns partidos políticos, possibilitou que as atuações reivindicatórias e as percepções sobre suas demandas viessem à tona, mas colocando-se aspectos próprios da sua comunidade como características identitárias nessas reivindicações. Por este suposto, O’Dwyer apresenta que

a identidade histórica de ‘remanescente de quilombo’ emerge como resposta atual diante de uma situação de conflito e confronto com grupos sociais, econômicos e agências governamentais que passam a implementar novas formas de controle político e administrativo sobre o território que ocupam, e, com os quais estão em franca oposição.²¹

Um dos objetivos que podem ser visualizados acerca da pertinência das comunidades negras em reivindicarem-se sobre o termo “remanescente de

²⁰ ESCOBAR, 1999, p. 188-189.

²¹ O’DWYER, Eliane Cantarino (Org.). *Terra de quilombos*. Rio de Janeiro: ABA, 1995. p. 121.

quilombos” é um sentido de possibilidade do reconhecimento dos espaços onde as resistências à escravidão (e pós-escravidão) procuraram a manutenção da cultura e da identidade negra em territórios em conflito e com situações de confronto com outros grupos étnicos e políticos. Pode ser que, por meio das memórias de moradores, baseando-se em mitos de origem de ocupação do território, as comunidades remanescentes quilombolas criam a imagem de si, reivindicando assim o seu território.

Considerações

Acredita-se que a descrição dessa percepção acerca da identidade, conforme configura Stuart Hall, e, sobretudo a perspectiva pós-colonial, sugere questionamentos e possibilidades de se apresentar as formas encontradas por uma comunidade negra rural em se mobilizar para determinadas ações de autorreconhecimento, que garantam a sua permanência no seu território. Os encontros entre as pessoas, que se realizam a partir das atividades coletivas, além de outras ações ligadas à religiosidade da coletividade e da memória coletiva, de certa forma constroem ações e formas de mobilizações próprias daquele local, no sentido de trazer à tona a questão da identidade étnica. Deste modo, acredita-se que os textos de Arturo Escobar e de Stuart Hall, além da contribuição dos estudos do pós-colonialismo, contribuem para essa discussão sobre a identidade étnica de uma comunidade negra rural – que se mobiliza a partir de outros elementos - esses festivos e religiosos - e que são, aqui, entendidos como possibilidades de organização política também, em que colocam a questão do reconhecimento perante o Estado de um território etnicamente marcado.

Assim, as terras da comunidade “Beco dos Colodianos” são locais onde as famílias negras encontram ali a singularidade e a especificidade das formas de organizar a vida e dos modos próprios de pensarem seu mundo.²² É o território reivindicado pela comunidade para a permanência no seu espaço de vida e de trabalho que está em jogo nas reivindicações, que possuem outras formas de expressão, além das convencionais, como a mobilização da Associação de Moradores ou as reivindicações para o Estado. Enfim, corroborando-se mais uma vez com Escobar, acredita-se que a relação entre o étnico e o político é um *aspecto por construir*, ou seja, “esta estratégia de construção do político busca, desta forma, brotar num campo que até agora estava vedado às comunidades, tomando força aos agrupamentos tradicionais e servindo como elemento de nucleamento político”.²³

Acredita-se que, ao apresentar alguns elementos da organização política e social da coletividade negra – o que se inscreve neste espectro as suas histórias – e

²² GUSMÃO *apud* LEITE, Ilka Boaventura. *O legado do testamento: a Comunidade de Casca em perícia*. Porto Alegre, UFRGS; Florianópolis: NUER/UFSC, 2004. p. 66.

²³ ESCOBAR, 1999, p. 191-192.

alcançando a perspectiva pós-colonial para entender-se as reivindicações identitárias, contribui-se de certa forma para que esses segmentos sociais possam desenvolver e expressar as suas atividades próprias de vida e de sociabilidades, obtendo-se uma certa compreensão do acesso necessário aos mecanismos de participação que antes lhes eram negados.

Identidade étnica e mobilização social: contribuições do multiculturalismo para o entendimento dos processos de reconhecimento de uma coletividade negra rural

Resumo

Este artigo apresenta uma discussão acerca do enfoque multicultural, partindo das leituras de textos de Stuart Hall e também sobre as questões de etnicidade e território, seguindo o texto de Arturo Escobar, *El proceso organizativo de comunidades negras en el Pacífico Sur colombiano*. Deste modo, são trazidas à baila as discussões sobre cultura e identidade étnica que propõem o texto, relacionando-as com algumas questões sobre a mediação e os processos de mobilização em uma comunidade negra rural situada no estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave:

Comunidades Quilombolas. Territorialidade. Identidade étnica. Mobilização social.

Ethnic identity and social mobilization: contributions of multiculturalism to understanding the processes of recognition of a rural black community

Abstract

This article presents a discussion of the multicultural approach, based on the readings of texts by Stuart Hall and also on questions of ethnicity and territory, following the text of Arturo Escobar, *The Process of Black Community Organizing in the Pacific Coast of Colombia*. In that way, the discussions of culture and ethnic identity proposed by the text will be brought, linking them to some questions about mediation and mobilization processes in a black rural community located in the State of Rio Grande do Sul.

Keywords

Quilombola communities. Territoriality. Ethnic identity. Social mobilization.

[Recebido em: outubro 2010 e
aceito em: abril 2011]